

Carta Pedagógica do Amazonas

Estimados educadores e educadoras do Brasil.

“Se o ser humano não se descobre cidadão sujeito histórico, até mesmo suas aspirações mais elementares como alimentação, saúde, educação, trabalho, moradia e cultura ficam confinadas ao paradigma liberal-burguês. Busca-se apenas a melhoria das condições de vida, o que é justo. Mas não é suficiente. É preciso modificar também a nossa maneira de pensar, a nossa postura, as nossas atitudes, a nossa escala de valores. Eis o papel da Educação Popular”.

Paulo Freire

O ato de escrever é sempre embebido de inspirações e intencionalidades que fazem os educadores populares escrever cartas buscando eternizar e, ao mesmo tempo, delinear reflexões sobre seu fazer pedagógico nas suas práticas diárias das experiências de educação popular.

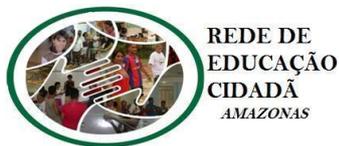
O período que descreveremos nesta carta retrata o primeiro semestre de 2013 (jan-jun). Momento este que marca o início de um novo convênio, e, conseqüentemente o início de um novo projeto. O Amazonas fez um processo de avaliação e planejamento estratégico em meados de dezembro/2012 e janeiro/2013 que a partir das orientações nacionais buscou dialogar com as linhas do planejamento em nível nacional, buscando com isso, uma linha comum entre as ações locais articuladas com as regionais e nacionais. Esse momento foi rico pedagogicamente, pois houve um exaustivo processo de avaliação que deu base para a construção das linhas de ação que a Rede de Educação Cidadã do Amazonas –RECID/AM irá trabalhar em 2013 e 2014. Isso ocorreu em dois encontros intermunicipais com a participação de diversos grupos, entidades e movimentos que formam o Coletivo Estadual.

Durante o período em que não havia o início do novo convênio, meados de janeiro a abril de 2013, o Coletivo do Amazonas manteve seus encontros mensais garantindo ações em torno de duas ações principais: As atividades de comemoração aos 10 anos da Rede de Educação Cidadã e a I Jornada Pedagógica.

Mas antes da realização dessas atividades, no encontro mensal de Janeiro, com a presença da acompanhante nacional Vera Barreto, debatemos sobre o edital de contratação dos educadores, principalmente dos critérios para

a escolha dos mesmos. Outro assunto foi a partir do Planejamento Estratégico, a criação do Plano de Ação da RECID/AM para os primeiros 06 meses do novo convênio, já com a definição da quantidade de oficinas e intermunicipais que o estado teria como meta. O Amazonas ficou com a meta de realizar duzentos e trinta e quatro (234) ações pedagógicas as antigas oficinas, e dez (10) encontros intermunicipais. Naquele momento optamos em fazer um planejamento semestral, ou seja, um Plano de Ação de junho a dezembro de 2013, com uma projeção de realizarmos uma média de 13 atividades pedagógicas (oficinas) e 04 encontros intermunicipais. Esse planejamento até dezembro foi pautado numa análise conjuntural do Amazonas apresentando o seguinte quadro:

O estado do Amazonas apresenta graves problemas sociais, nas mais diversas áreas da vida e do cotidiano da população. Entre eles se destaca a corrupção política, a privatização dos serviços públicos, a violação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do Polo Industrial e das frentes de trabalhos das grandes construtoras de obras, o tráfico de mulheres, crianças, adolescentes e jovens, a crescente violação dos direitos humanos do seguimento LGBT. Também ainda é uma região com um alto índice de violação dos direitos humanos das mulheres, situação que se acelera a cada dia. Crianças exploradas sexualmente, violência doméstica e familiar, tráfico de meninas e mulheres, desemprego, racismo, preconceito ético, ameaças e homicídios, assim as mulheres do Amazonas vão sobrevivendo quando não morrem pelas mãos dos seus maridos ou companheiros. Corrobora com isso, a prática política dos governantes e dos grupos políticos que protagonizam os espaços institucionais da vida política do estado. É uma cultura política de subserviência, demonstrada de maneira mais clara no clientelismo empreendido por grupos políticos com o propósito de manutenção do poder político, pautada, sobretudo numa dependência partidária e política dos prefeitos que apresentam fragilidade, ineficiência e má administração dos bens públicos. Imperando nesse arcabouço a corrupção dos poderes Executivos e Legislativos Municipais. Que segundo o TCE apresentam prestação de contas retalhadas, o que dão margem a desvio de recurso publico, particularmente com verbas voltadas para a área da educação, como é a verba da merenda



escolar. Isto se dá também por conta das alternâncias de prefeitos, fato que ocorre na região devido a crimes eleitorais ou o envolvimento com o crime de pistolagem. As violações dos direitos são maquiadas pela grande propaganda sobre o crescimento econômico do estado, no entanto por aqui se tem uma das cestas básicas com o valor mais alto do País. O crescimento econômico advindo do Polo Industrial de Manaus não estar acompanhado de ganhos reais para os trabalhadores e trabalhadoras, seja no que se refere ao ganho salarial, seja no atendimento de serviços públicos básicos. O poder aquisitivo da classe trabalhadora aparentemente está abaixo daquilo que é suficiente para atender as demandas básicas de vida digna, o poder público não proporciona um serviço público de qualidade que atenda as demandas sociais da população.

A partir dessa conjuntura do estado, e ainda sem o início do novo convênio iniciamos a organizar dentro das reuniões semanais da equipe de educadores contratados e nas reuniões mensais do coletivo algumas atividades.

A participação na Conferência Municipal de Educação na cidade de Manaus teve a participação da Rede e de alguns movimentos que compõe a mesma, porém a conferência foi marcada por processos que não possibilitaram os movimentos sociais uma participação que buscasse construir propostas onde fossem ouvidas as entidades da sociedade civil organizada.

No mês de junho, no dia 21, na Assembleia Legislativa do Amazonas a rede de foi homenageada com uma Audiência Pública pelos seus 10 anos de atuação no estado contribuindo juntos aos movimentos populares e sociais para o desenvolvimento da educação popular na formação política de novas lideranças no estado nos mais diversos seguimentos.

Nesse mesmo período nos dias 21 a 23, a RECID do Amazonas realizou sua Jornada Pedagógica com o tema: Política Nacional de Educação Popular, essa atividade contou com a participação de militantes que atuam na área da educação popular, principalmente de outras entidades e grupos de pesquisa das universidades. O objetivo da jornada foi fomentar o dialogo com os Movimentos Sociais e Populares sobre a Política Nacional de Educação Popular, em função da celebração dos 10 anos da RECID. Esse encontro foi

partilhado diversas experiências que ocorrem no Amazonas desde a década de 80 e de experiências que acontecem atualmente. O encontro gerou diversos encaminhamentos dos quais podemos destacar: a parceria com diversas entidades para articular encontros para preparar um seminário que debata as experiências de educação popular no Amazonas com o intuito de formular uma ementa de uma Pós-graduação em Educação Popular partindo das experiências já existentes e da necessidade dos diversos movimentos sociais.

Também no mês de junho deu-se início a realização das atividades pedagógicas (oficinas) do novo convênio, também teve a parceria com o Canal Futura para participar de um projeto chamado Maleta da Infância, sendo a Rede a entidade chapéu das ações que as 06 entidades que fazem parte da desenvolverão com o projeto.

Durante esse período as dificuldades ainda são muitas é um novo projeto e este vem com mais amarras possíveis para desenvolver as atividades, e devido um período de seis meses sem recurso para as atividades percebemos que sempre há ruptura no processo que sabemos que tem que ser contínuo para que este possa desenvolver com eficiência e eficácia suas ações de mobilizações, articulações e formações de base.

E neste primeiro semestre que estamos vivenciando as atividades estamos caminhando a passos não muito largos, pois estamos iniciando um processo que agora nos vem com mais disfunção burocrática no campo da gestão o que vai exigir muito mais compromisso de cada um de nós já que trabalhamos com a gestão compartilhada na qual cada um e cada uma e corresponsável pelas ações desse projeto.

Queremos encerrar essa carta parafraseando uma fala da Professora Ana Grijó:

*“A Educação Popular em Paulo Freire tem como foco os **oprimidos**. Que é aquele que estar fora das posses dos bens materiais produzidos. Onde surge uma necessidade de se construir uma educação que formasse um sujeito excluído para uma formação diferente da educação tradicional, que tem um viés escolástico, é autoritária, e é branca.*

A Educação Popular tem como propósito:

- *Que tipo de educação?;*



- *Que seja na transformação social;*
- *Que seja humanizadora;*
- *Que tenha a Justiça, Igualdade e a Felicidade.”*

Manaus, 07de outubro de 2013.

Educadores Populares do Amazonas